

JOGO DO PODER

ACM admite ter pressionado presidente

Senador revela ter ameaçado governo para influir na decisão sobre venda do Econômico

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA — O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) comemorou como "vitória pessoal" a venda do Banco Econômico ao Excel, autorizada pelo Banco Central dia 5. Foi a partir daí que o governo recuperou as chances de aprovar no Senado, mês que vem, o empréstimo externo para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). "O governo vai ganhar com uma diferença pequena, de uns dez votos, mas vai ganhar", previu ACM, presidente da comissão que exami-

na denúncias sobre o projeto. "Vão dizer que foi por causa do Econômico; paciência", disse. "Meu voto pessoal deve ser contra, mas não farei nada para atrapalhar o governo."

Numa conversa com jornalistas, segunda-feira à noite, ACM admitiu ter pressionado o presidente Fernando Henrique Cardoso a levantar a intervenção do BC no Econômico, decretada em 11 de agosto, e até na escolha do grupo Excel entre os pretendentes à compra. "O Pedro Malan (*ministro da Fazenda*) tendia pela proposta do Bozano Simonsen, que era uma brincadeira", disse. "Felizmente chegou-se à melhor solução."

O relato deixa evidente que ACM usou seu poder político para obter do governo o que queria. Primeiro, ameaçou com um discurso no Senado, com acusações a diretores do BC

e bancos ligados ao presidente por razões políticas ou familiares. "Vou mandar brasa", disse em 15 de agosto ao presidente do PFL, Jorge Bornhausen, que pediu-lhe uma proposta para evitar o rompimento.

Itens — ACM listou quatro exigências. O banco deveria ser vendido, num prazo de seis meses, e não liquidado; correntistas e aplicadores seriam ressarcidos; funcionários só poderiam ser demitidos nas mesmas condições especiais oferecidas aos do Banco do Brasil; e um inquérito apuraria as causas e os culpados pela má situação do Econômico.

Para sua surpresa, Bornhausen e o presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), disseram-lhe no dia seguinte que Fernando Henrique topava. "Por isso fiz aquele

discurso soft", contou. O compromisso criou um clima de cordialidade que ficou patente na viagem do presidente aos EUA, em setembro, quando ACM defendeu a reeleição.

As negociações para a venda do Econômico coincidiram com as denúncias sobre o Sivam, declarado "morto" por ACM em novembro. Em dezembro, a proposta do Excel já tinha o aval do PFL baiano, enquanto o senador fazia críticas a Fernando Henrique, em viagem à China, e jogava pesado contra a direção do BC, ameaçando com representação na Procuradoria-Geral da República. A representação tam-

bém foi num tom "soft", porque ACM soube que Loyola endossava a proposta do Excel. Mesmo assim, ele teve o Natal infernizado pelo senador, que insistia em dar-lhe uma procuração abrindo seu sigilo bancário.

Malan, estaria inclinado pelo Bozano Simonsen por suas boas relações com o empresário Paulo Ferraz, um cabeça do grupo. "Era uma proposta tecnicamente ruim, infelizmente elaborada por um baiano, Daniel Dantas", recor-

dou ACM. "Depois que fui ao Ministério da Fazenda, entenderam isso."

Coincidentemente, a situação do governo melhorou na comissão do Sivam. "Se eu fizesse carga, o projeto não passava", garantiu ACM. "Mas começaram a escrever em editoriais que os Magalhães estavam atrapalhando o País." Para ele, a mudança de atitude foi para "não atrapalhar" e porque a acusação era feita no plural: "Tentaram comprometer o futuro político do meu filho." Na sua opinião, todo o desgaste dos últimos seis meses valeu a pena. "Foi uma vitória minha e a Bahia sabe disso."

ACM continua achando que o governo errou ao dispensar licitação para o Sivam. Mas, solucionada a questão do Econômico, recomendou ao presidente que use argumentos políticos para convencer os senadores, deixando em segundo plano as explicações técnicas da Aeronáutica. "A decisão será política e, nesse campo, o governo tem boas chances."

DATA
COINCIDE COM
NOVA FASE NO
CASO SIVAM